

Liame entre Serviço Social e Trabalho

LUCIANA PAVOWSKI FRANCO SILVESTRE
(Organizadora)

 **Atena**
Editora

Ano 2018

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)

Liame entre Serviço Social e Trabalho

Atena Editora
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

L693 Liame entre serviço social e trabalho [recurso eletrônico] /
Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa
(PR): Atena Editora, 2018.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-85-85107-22-2
DOI 10.22533/at.ed.222182808

1. Assistentes sociais. 2. Políticas públicas – Brasil. 3. Serviço
social – Brasil. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco.

CDD 361.3

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins
comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book “Liame entre o Serviço Social e o Trabalho” apresenta uma série de 26 artigos com temas relacionados às áreas de políticas públicas, garantia de direitos, relações com o mundo do trabalho e a formação profissional dos assistente sociais.

Através dos artigos é possível identificar expressões da questão social presentes no atual contexto social, especialmente no Brasil, e que são expressos através da vivência de situações de vulnerabilidades, riscos e violações de direitos.

A abordagem realizada com relação às políticas públicas e políticas de garantia de direitos possibilita o reconhecimento das especificidades presentes em cada uma destas no que se refere aos desafios e potencialidades identificadas no campo da proteção social.

A produção de conhecimentos através das pesquisas na referida área mostra-se essencial no atual contexto brasileiro, em que encontram-se em risco os avanços e garantias conquistados pela classe trabalhadora no que se refere à implementação de políticas públicas que devem materializar as ainda recentes previsões estabelecidas a partir da vigência do Estado Democrático de Direito no país.

Desejo uma boa leitura a todos e a todas, e que este e-book possa colaborar para a formação continuada de estudantes e de profissionais atuantes nas políticas públicas, bem como, para contribuir com o desenvolvimento de novas pesquisas relacionadas às temáticas então apresentadas.

Dra. Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

EIXO 1: POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 1 1

ÉTICA, DIREITOS HUMANOS E POLÍTICA PÚBLICA: ENTRE O PRESCRITO E O REAL

Sônia Lopes Siqueira

Ricardo Marcelo Fait Gorchacov

CAPÍTULO 2 13

A TRAVESSIA ENTRE A CRISE E A PROTEÇÃO SOCIAL: O PANORAMA LATINO-AMERICANO E CARIBENHO

Valter Martins

Carolina Quemel Nogueira Pinto

CAPÍTULO 3 30

A AVALIAÇÃO NO SEIO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Gisele Dayane Milani

Tassiany Maressa Santos Aguiar

EIXO 2: POLÍTICA DE ASSISTENTE SOCIAL

CAPÍTULO 4 39

A ATUAÇÃO DA VIGILÂNCIA SOCIOASSISTENCIAL NA POLÍTICA DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA DA MICRORREGIÃO DE UBÁ/MG

Leiliane Chaves Mageste de Almeida

Maria das Dores Saraiva de Loreto

Suely de Fátima Ramos Silveira

CAPÍTULO 5 52

PARTICIPAÇÃO COMO FOCO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO PERMANENTE NO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Stela da Silva Ferreira

Abigail Silvestre Torres

CAPÍTULO 6 67

REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA: ASSISTENCIALISMO, POLÍTICA SOCIAL E CIDADANIA

Amanda Cardoso Barbosa

EIXO 3: POLÍTICA E SAÚDE

CAPÍTULO 7 76

A PROMOÇÃO DA SAÚDE DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL NO BRASIL E EM PORTUGAL

Cláudia Helena Julião

CAPÍTULO 8 90

SAÚDE E MEIO AMBIENTE: INTERPRETAÇÕES E PERSPECTIVAS

Maria Maura de Moraes

Neusa da Silva Queiroz

EIXO 4: SEGURANÇA PÚBLICA E CONTROLE SOCIAL ESTATAL

CAPÍTULO 9 105

IDENTIFICAÇÃO DO PERFIL QUANTITATIVO DOS ASSISTIDOS NO PROJETO PATRONATO DE PARANAÍ

Erick Dawson de Oliveira

Marluz Aparecida Tavares da Conceição

José Erasmo Silva

Maria Imaculada de Lima Montebelo

Karima Omar Hamdan

CAPÍTULO 10 117

O PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE E A SEGREGAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA NA APLICAÇÃO DA LEI PENAL

Gabriel Cavalcante Cortez

CAPÍTULO 11 120

SÉRIE JUSTIÇA NO ÂMBITO FILOSÓFICO E JURÍDICO

Ingrid Mayumi Da Silva Yoshi

EIXO 5: POLÍTICAS DE GARANTIA DE DIREITOS E VIVÊNCIAS DE SITUAÇÕES DE RISCO SOCIAL

CAPÍTULO 12 124

O ACESSO À INFORMAÇÃO PÚBLICA E A PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO INSTRUMENTOS PARA A GARANTIA DE DIREITOS

Claudiana Tavares da Silva Sgorlon

CAPÍTULO 13 133

AÇÕES AFIRMATIVAS: CONCEITOS E CONCEPÇÕES NO ÂMBITO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

Ludimila Rodrigues Nunes

Angela Maria Caulyt Santos da Silva

CAPÍTULO 14 144

CONSTRUINDO A MORADIA ADEQUADA: A LUTA DO GARMIC PELA IMPLEMENTAÇÃO DA VILA DOS IDOSOS, PARI-SP

Filipe Augusto Portes

Lucas Bueno de Campos

Vânia Aparecida Gurian Varoto

Luzia Cristina Antoniossi Monteiro

Nayara Mendes Silva

CAPÍTULO 15 154

OPRESSÃO ÉTNICA E ESTIGMATIZAÇÃO: REPRESENTAÇÃO DOS JUDEUS NAS PROPAGANDAS NAZISTAS

Amanda Cardoso Barbosa

CAPÍTULO 16 163

DIGNIDADES PERDIDAS: UM RELATO DO TRÁFICO DE PESSOAS PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL

*Christiane Rabelo Britto
Luciana Aboim Machado Gonçalves da Silva
Brunna Rabelo Santiago*

CAPÍTULO 17 173

VIOLÊNCIA SEXUAL INTRAFAMILIAR INFANTIL: O SILÊNCIO DOS INOCENTES

Helen Catarina dos Santos Ferreira

EIXO 6: O CAPITALISMO E AS RELAÇÕES COM O MUNDO DO TRABALHO

CAPÍTULO 18 182

A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO FRENTE ÀS OFENSIVAS DO CAPITAL: O DESAFIO DA OMNILATERALIDADE

*Carolina Poswar de Araújo Camenietzki
Adriana Cristina Omena dos Santos*

CAPÍTULO 19 193

AS CONTROVERTIDAS QUESTÕES DO ESTÁGIO PROFISSIONAL NO CONTEXTO DE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Jaime Hillesheim

CAPÍTULO 20 208

AS MUDANÇAS PRODUTIVAS DO CAPITAL E A NOVA MORFOLOGIA DO TRABALHO: A ESPECIFICIDADE BRASILEIRA

Cibele da Silva Henriques

CAPÍTULO 21 216

DESENVOLVIMENTO CAPITALISTA E ESTADO BURGUEÊS: REFLEXOS DA OFENSIVA DO CAPITAL À CONSCIÊNCIA DOS TRABALHADORES.

Jéssica Rodrigues Araújo

CAPÍTULO 22 229

GESTÃO EMPRESARIAL E ASCENSÃO FEMININA: UM ESTUDO DE CASO

Cristiane Spricigo

EIXO 7: A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

CAPÍTULO 23 249

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: A PERCEPÇÃO DOS SUPERVISORES DE

CAMPO E DOCENTES

Vivianne Riker Batista de Sousa
Roberta Ferreira Coelho de Andrade
Mayza Lorena Barbosa da Silva Noronha
Maria Gracileide Alberto Lopes

CAPÍTULO 24 260

REQUISIÇÕES E COMPETÊNCIAS DO ASSISTENTE SOCIAL NO USO DAS REGULACOES
PROFISSIONAIS, DAS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS E TÉCNICAS DE SEU TRABALHO

Isabela Sarmet de Azevedo
Thamyres Siqueira Freire
Marlene Souza dos Santos

CAPÍTULO 25 270

OS DESAFIOS DO SERVIÇO SOCIAL FRENTE AO PENSAMENTO PÓS-MODERNO: CRÍTICA À
ILUSÓRIA CONCEPÇÃO BURGUESA DE REALIDADE

Ingridy Lammonikelly da Silva Lima
Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida
José Rangel de Paiva Neto

CAPÍTULO 26 281

SERVIÇO SOCIAL E INTERDISCIPLINARIDADE: CONFLUÊNCIAS E DESAFIOS

Nilvania Alves Gomes

SOBRE A ORGANIZADORA..... 291

SÉRIE JUSTIÇA NO ÂMBITO FILOSÓFICO E JURÍDICO

Ingrid Mayumi Da Silva Yoshi

PUC (Universidade Pontifícia Católica)

Londrina- Paraná

RESUMO: Na série televisiva fictícia narra a história de uma professora e advogada que não se conforma com a morte de sua filha que foi morta pelo namorado por ciúmes. Apesar de o assassino sofrer sanções penais, não foi suficiente para aplacar a vingança que sua protagonista queria lhe causar, pois ela acredita que a justiça não tinha sido feita. A reflexão que surge é quando nossa protagonista questiona qual é a utilidade da lei senão fazer justiça. Esse conto reflete a sociedade atual brasileira, os indivíduos estão descrentes da eficácia do estado na justiça penal, e por essa razão preferem serem justiceiros de suas próprias vidas. O conceito de justiça aristotélica começa a regredir para o código de Hammurabi. Essa realidade ocorre em virtude da inércia por parte da população.

PALAVRAS-CHAVE: lei; justiça e estado.

ABSTRACT: In the fictional television series tells the story of a teacher and lawyer who does not settle for the death of her daughter who was killed by her boyfriend out of jealousy. Although the killer suffered criminal penalties, it

was not enough to placate the revenge that his protagonist wanted to cause him, because she believes that justice had not been done. The reflection that arises is when our protagonist questions the usefulness of the law but to do justice. This tale reflects the current Brazilian society, individuals are disbelieving the state's effectiveness in criminal justice, and therefore prefer to be vigilant of their own lives. The concept of Aristotelian justice begins to regress to the Hammurabi code. This reality occurs because of population inertia.

KEYWORDS: law; justice and state

INTRODUÇÃO

O presente trabalho se baseia na série da televisão brasileira: *Justiça*, a nossa personagem Elisa da série, é uma advogada bem-sucedida que decide abrir mão de suas conquistas para vingar a morte da filha. Questionada pelo seu namorado ela se defende alegando que ficou inconformada com a pena de sete anos determinada por lei e decide fazer justiça. Mas sua afirmação falada nessa discussão: “Se a lei não serve para fazer justiça, ela serve para que?” abre uma reflexão acerca do que é exatamente justiça e de como ela é executada no Brasil.

1 | CONCEITOS SOBRE LEI

A Lei possui diversos conceitos, mas num conceito geral é um princípio, uma norma criada para estabelecer as regras que devem ser seguidas é um ordenamento. Há também uma lei primitiva mundialmente conhecida como a lei de Talião “olho por olho, dente por dente”, era uma pena que consistia em vingar um delito, mas atualmente é banalizado, pois o estado se tornou positivado. O que ocorre com a nossa personagem é que assim como ela muitos indivíduos se sentem impotentes quando se encontram numa situação em que somente o estado tem a autorização de agir e quando não o faz, os indivíduos fragilizados se acham com o dever de fazê-lo tomados pelo pensamento primitivo e misturando justiça com vingança. Quando o fazem muita das vezes são punidos pelo estado e o espírito de vingança se transforma em revolta abala o psicológico o físico e a moral. Conclui-se que a lei nada tem a ver com justiça, apenas se tem sua influência.

2 | A JUSTIÇA

Primeiramente a justiça, não existe, ela só existirá quando for acionada por um indivíduo justo. Então é notório que a justiça é um conceito que não faz um ser se tornar justo, mas é o justo que faz a justiça acontecer. A justiça como é dita no senso comum é cega, mais esse ditado é válido, pois ela não tem olhos para o indivíduo em si, somente em suas ações, evidente que ela é objetiva nesse aspecto. A criação do conceito justiça vem dos gregos, naquela época já se pensavam em explicá-la. Para Platão, justiça era algo que vinha do mundo das idéias. Entretanto para Aristóteles a justiça é como a ética, no sentido que só poderíamos aprendê-la pelo hábito, isto é, através dos ensinamentos de um homem justo. Aristóteles defende que a justiça deve ser flexível, deve atenuar na equidade, ou seja, ser uma justiça igual (diferente da atual que é baseada na equivalência). A justiça alterou-se ao longo dos tempos. Antigamente a justiça era vingativa, no velho testamento, por exemplo, temos um deus vingativo que manda um dilúvio para acabar com a humanidade (Ef2:15-16) e a lei de talião como falado anteriormente no tópico conceitos da lei. Atualmente a justiça é científica se tem um estado positivado, isto é, um estado de direito com separação dos poderes sendo eles legislativo, executivo e judiciário. No livro O caso dos Exploradores de Caverna de Lon Fuller, é um excelente exemplo de qual justiça estamos fadados a carregar. Uma breve síntese sobre o livro, conta a história de exploradores que ficaram presos por dias numa caverna e acabaram praticando o canibalismo para a própria sobrevivência, o sentimentalismo com o falecido é forte, ainda mais quando é um parente próximo, se fosse antigamente o falecido seria vingado, no entanto num estado positivado entende-se que houve o princípio da vida, da dignidade humana por essa razão não devem ser penalizados como assassinos. A também a história verídica

do acidente dos andes que se encaixa perfeitamente. A justiça então se altera e anda conforme a sociedade se modifica, mas assim como nossa personagem os indivíduos não mudaram a perspectiva de justiça, e dificilmente recorrem ao poder do estado para resolverem seus conflitos. A questão é por quê.

2.1 Justiça penal

O objetivo da justiça penal na sua estrutura formal é minimizar e controlar o poder punitivo do estado a fim de proteger os cidadãos, e proteger os direitos fundamentais do acusado. Esse sistema por obvio tem no direito penal e processual penal. O Código de Processo Penal adota modalidades de procedimento sendo elas, o comum ordinário (sanção máxima igual ou superior a quatro anos); sumário (sanção inferior a quatro anos) e a sumaríssimo (sanção de até dois anos). No caso do ordinário ou o sumário após a denúncia o juiz poderá rejeitar ou recebê-la, caso recebê-la ordenará uma citação do acusado para responder á acusação, depois de dez dias o juiz vai verificar a possibilidade de absolvição. Após o recebimento de peça acusatória o magistrado designará uma audiência de instrução e julgamento (declarações do ofendido testemunhas de acusação e defesa). Os juizados especiais criminais foram criados com o intuito de dispensar o inquérito policial para delitos de menor potencial, com competência para fazer uma conciliação entre as partes, sendo elas vítima e autor do fato.

2.2 Criminalidade

O estado vem perdendo sua legitimidade, com a elevada taxa de criminalidade desde o aumento da pobreza e hiperinflação, aumentando significadamente a insegurança da população em relação às instituições de justiça, por essa razão os brasileiros tendem a não recorrer de primeira instância ao judiciário para a resolução de conflitos. Segundo a organização mundial da saúde (OMS) estudos feitos em 2008, o Brasil está em quinto lugar na taxa de homicídios com 51,6 por 100 mil. Observa-se que um dos fatores é a desigualdade social que se torna seletiva, uma parcela pequena dos casos de homicídio chegam até a poder judiciário. As maiores porcentagens de condenação são de tráfico de drogas ou roubo. Por esse populismo punitivo a sociedade torna-se desigual na medida em que destroem a imagem humana dos acusados, criando nos indivíduos comportamentos violenta uns contra os outros. Atualmente o número de processos contra criminosos de colarinho branco vem aumentando gradativamente, mas as punições não, a população carcerária tem como principal característica o baixo grau de ensino e renda. Isso ocorre por diversos fatores dentre eles temos a ideologia política e a formação de hierarquia social. Apesar de baixar uma meta em 2011, para concluir inquéritos de homicídios abertos até 2007, em todo país resultou 96% dos inquéritos arquivados sem que as autoridades soubessem os autores dos homicídios, gerando cada vez mais um país de impunidade. Esse foi

um dos exemplos atuais no Brasil que vem acarretando na instabilidade da segurança, os brasileiros não sentem mais protegidos, não confiam no estado e passam a serem justiceiros de suas próprias vidas, voltando a regredir nos tempos de Talião.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na série de nossa personagem Elisa, o assassino cumpriu a pena pelos seus crimes de acordo com o ordenamento jurídico, mas a personagem não fica satisfeita, isso ocorre porque sua justiça não é a mesma, do que a do estado. Enquanto a do estado é uma justiça de equivalência, isto é, cada delito equivale a uma determinada sanção, a da nossa personagem que reflete muitos indivíduos, possui uma justiça de equidade para ela o assassino deveria pagar com a própria vida. Então se faz necessário uma nova perspectiva não só para indivíduos descrentes da eficiência do estado, como o próprio estado. Mas primeiro deve-se mudar os pensamentos dos indivíduos para depois mudar o estado. É como frase do historiador Leandro Karnal “é preciso transformar a sociedade, a escola, as empresas e, como efeito final, haverá a transformação do governo. Trocar de governo ou de governante sem trocar o comportamento social é apenas trocar o tipo de estrume sobre a qual as moscas vão voar”.

REFERÊNCIAS

ARISTOTELES, **Ética a nicômaco**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2015.

BUENO, Silveira; **dicionário da língua portuguesa**. São Paulo: FTD, 2005.

DEPEN-Comissão de Monitoramento e Avaliação. **População carcerária brasileira-evolução e prognósticos**. Disponível em: www.mj.gov.br/depen. Acesso em 01/03/2017.

GOMES, MARCELO. **Inqueritos por todo o Brasil são arquivados em massa**. Disponível em: <http://g1.globo.com/globo-news/noticia/2016/11/inqueritos-de-homicidios-por-todo-o-brasil-sao-arquivados-em-massa.html>. Acesso em: 15/03/2017.

PLATÃO, **A república**. São Paulo: Martin Claret, 2000.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-85107-21-5

